

ATA DA 336ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Realizada em 13 de fevereiro de 2017

Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às treze horas, foi realizada a trecentésima trigésima sexta Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA - PE, na sua sede, localizada na Rua Correia de Araújo, nº 93, Graças, Recife, PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros(as): Hemi Monique Vilas Boas de Andrade, titular do Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE/PE; Lourdes Viana Vinokur, titular do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP; Cássia Valéria de Souza, suplente da Secretaria de Educação; Gabriela Moura, Daniëlle de Belli Claudino, titular e suplente do Gabinete do Governador; Patrícia Almeida, Edna Claudino titular e suplente da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG; Arnaldo Sampaio, titular da Associação de Karatê Goju-Ryu de Pernambuco; José Ricardo de Oliveira e Natuch Lira, titular e suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC; Solange Loureiro, suplente da Secretaria da Saúde; Romero José da Silva e Deila do Nascimento Martins, titular e suplente do Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Populares – GAJOP; Carmem Lúcia Galvão e Maria José Galvão Gueiros de Oliveira, titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ; Silvan Ataíde e José Rinaldo Carvalho da Silva, titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social; Eliane Maria de Castro Silva e Bárbara Cabral, titular e suplente da Inspetoria Salesiana do Nordeste do Brasil – ISNEB; Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão e Tarciana dos Santos Castelo Branco, titular e suplente da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – ADASE; Eduardo Gomes de Figueiredo e Ana Lúcia Gusmão Brindeiro, titular e suplente da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos- SJDH. Registra-se também a presença da equipe técnica do CEDCA: a diretora executiva Rosa Barros, Ana Leão, José Clemente da S. Neto, Kalline Gabrielle da Silva, Márcia Santos, Irani do Carmo, João Vianey, Ana Elizabeth Harle de Castro, Sheila Ferreira, Gicélia Souza, Jacqueline Bezerra, Evanilson Alves de Sá e dos convidados: João Candido, Izaías Torquato, da Visão Mundial; Eleonora Pereira, do Instituto José Ricardo; Nelino Azevedo, da Secretaria de Educação de Pernambuco – SEE/PE; Josenildo Sinésio, da SDSCJ. Dando início aos trabalhos, após verificar o *quórum*, a Presidente do Conselho, Lourdes Viana Vinokur, procedeu a apresentação da pauta, previamente divulgada por e-mail para os Conselheiros pela Diretoria Executiva, Rosa Barros. Prosseguindo, esclareceu a importância do momento para o conselho, por se tratar de Assembleia de Eleição da nova mesa diretora, pontuando alguns desafios a serem enfrentados. Continuando, verificou a ausência dos conselheiros

37 titulares da Secretaria de Educação e CAJOP, o que fez sugerir que a apresentação dos
38 presentes passasse a acontecer após a exposição dialogado da prestação de contas de
39 algumas ações que demarcaram a sua trajetória na presidência do órgão, acrescendo ainda
40 como objetivo da exposição orientar as ações do futuro presidente a ser eleito e empossado
41 na presente assembleia. Discorrendo, dividiu a apresentação em três blocos: documentos
42 estruturante do Conselho, que definem sua natureza como órgão normativo, deliberativo,
43 controlador e fiscalizador da política de atendimento à infância e à juventude; conjunto de vinte
44 três ações que demarcam a atuação da presidente no mandato que se encerra; e, por fim,
45 alguns desafios a serem enfrentados pela nova mesa diretora, com destaque para o
46 Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual
47 contra Crianças e Adolescente; Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Combate ao
48 Trabalho Infantil; Monitoramento e Avaliação Plano Estadual Decenal de Atendimento
49 Socioeducativo; Consolidação do Plano de Captação de Recursos e consequente garantia da
50 sustentabilidade financeira do CEDCA; Regular o repasse Fundo a Fundo para os
51 Programas previstos em lei e que estão no Plano de Aplicação 2017; Realizar da 10ª edição
52 do Concurso Arte Livre; e Manter as Reuniões Ampliadas com o Sistema de Garantia de
53 Direitos. Prosseguindo, atestou a presença dos representantes da Secretaria de Educação e
54 GAJOP, e propôs o ritual de apresentação dos presentes. Completada a apresentação, a
55 presidenta convidou o conselheiro Mallon Francisco, para conduzir o processo de escolha da
56 nova mesa diretora do CEDCA. Com a palavra o conselheiro esclareceu os procedimentos a
57 serem seguidos nos processos de escolhas, destacando o que dispõe o regimento do
58 conselho, para condução e consolidação do processo. Prosseguindo, solicitou que os
59 representantes da sociedade civil e do governo, reunidos em espaços diferentes, decidissem
60 sobre a apresentação de candidaturas para mesa diretora considerando sua composição –
61 presidente, primeiro vice-presidente e terceiro vice-presidente. Logo após a reunião, solicitou
62 dos representantes da sociedade civil que apresentassem nome à candidatura à presidência do
63 conselho. Provocados, os representantes da sociedade civil publicizaram que não tinham
64 nome a apresentar para candidatura à presidência, e, assim sendo, entendiam que legislatura
65 cabia a um conselheiro governamental. Isso posto, restou livre aos conselheiros
66 governamentais a indicação do candidato à presidência. A conselheira Ana Lúcia Gusmão,
67 sequenciou a discussão demonstrando interesse dos conselheiros governamentais
68 apresentarem um candidato ao pleito. Seguindo, apresentou o nome do advogado Eduardo
69 Figueiredo, conselheiro representante da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, como o
70 nome de consenso escolhido entre os conselheiros governamentais. Nesse mesmo propósito,
71 fez uma breve apresentação do candidato, destacando o seu trabalho na formulação e
72 execução de políticas públicas. Retomando a condução dos trabalhos, o Conselheiro Mallon

73 Aragão, esclareceu que mesmo sendo candidato único, o regimento prevê eleições secretas.
74 Atendo-se a forma, se faz que todos façam o uso da cédula e depositem o voto na urna. Após
75 a apuração dos votos, constou-se que dos catorze conselheiros com direito a voto, todos
76 votaram no candidato indicado, dando-lhe a prerrogativa de presidente eleito por unanimidade
77 tanto dos representantes do governo quanto dos representantes da sociedade civil.
78 Prosseguindo a escolha, o coordenador dos trabalhos solicitou dos representantes da
79 sociedade civil e governo que indicassem candidatos à votação para primeira vice-presidência.
80 Após a falar do coordenador, o conselheiro Ricardo José Oliveira apresentou a nome da
81 conselheira Lourdes Viana Vinokur, como candidata destacando o seu papel na condução do
82 Conselho na gestão que se encerra. Não havendo concorrente, em votação secreta, a
83 conselheira foi eleita com catorze votos. Continuando o ritual de escolha, a conselheira Edna
84 Claudino, apresentou a candidatura da também conselheira Patrícia Dantas à segunda vice-
85 presidência, que, a exemplo dos demais, também obteve catorze votos e eleita por
86 unanimidade. Concluído o processo de escolhas, após aplausos dos presentes, o presidente
87 eleito e empossado proferiu um rápido discurso, aludindo a responsabilidade da condução do
88 Conselho, por entender que o CEDCA, entre os conselhos, se destaca como o de melhor
89 organização entre os conselhos. Destacou que dada a posição que passa a ocupar, imagina
90 que a cadeira a ser mais cobrada será a da presidência. Contudo, entende que as cobranças
91 devem ser partilhadas com os conselheiros presentes. Arrematou a fala, destacando o papel
92 da ex-presidente na condução do Conselho e comprometeu-se em dá continuidade as suas
93 ações e ainda zelar e fazer frente aos desafios expostos e a outros que possam surgir. A
94 Segunda Vice-Presidente empossada, Patrícia Dantas, agradeceu aos pares pela condução e
95 afirmou que espera conduzir o espaço que ora ocupa com sabedoria e diálogo. Da mesma
96 forma, a Primeira Vice-Presidente, Lourdes Vinokur, agradeceu pela condução e destacou
97 potencial do Dr. Eduardo Figueiredo para contribuir com a instituição. Prosseguindo, o Sr.
98 Josenildo Sinésio, da Gerência de Fortalecimento aos Conselhos, destacou a “boniteza” do
99 momento e o amadurecimento da instituição, que com sabedoria aprendeu a lidar com interesses
100 diversos e divergentes, para se encontrar na defesa de direitos de crianças e adolescentes.
101 Encerrou afirmando que a esperança é filha da esperança, e a esperança constitui a razão das
102 nossas lutas. Concluídos os processos de eleição e posse, a nova mesa diretora é convidada
103 a assumir a condução dos trabalhos. Atendo-se aos pontos da pauta, o Presidente procedeu a
104 apresentação das Câmara Temáticas, que teve início com a apresentação da Câmara de
105 Políticas Públicas, que, com relação ao Programa de Proteção à Criança e Adolescente
106 Ameaçados de Morte – PPCAM, apresentou os seguintes encaminhamento: 1. Solicitar a
107 apresentação pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH e pela Secretaria
108 Executiva de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SEDH, no prazo de sessenta dias,

do Plano de Trabalho do PPCAM elaborado com o Governo Federal; 2. Solicitar que o Governo do Estado apresente diagnóstico dos homicídios de adolescentes no estado; 3. Solicitar que o CEDCA apresente ao Governo Federal um expediente acerca do contingenciamento do PPCAM, tendo em vista demonstrar os prejuízos do referido contingenciamento, assim como, solicitar agilidade nos procedimentos para liberação dos R\$ 265.005, 82 (duzentos e sessenta mil e cinco reais e oitenta e dois centavos) remanescentes de convênio afetos a conta do programa; 4. Solicitar que a SJDH e a SEDH, no âmbito do primeiro encaminhamento, cópia da publicação de vigência com a entidade executora do PPCAM no estado. Com relação a denúncia apresentada formulada pela Conselho Tutelar do Município de Floresta – PE, a Câmara recomenda que o CEDCA encaminhe a demanda para o Conselho Municipal de Diretos da Criança e do Adolescente do Município de Floresta – PE, a fim de que acompanhe a situação apresentada e encaminhe para esse Conselho as medidas propostas. Os encaminhamentos apresentados foram postos em regime de votação e em seguida acatados por todos os conselheiros presentes. Prosseguindo, a Câmara de Temática de Comunicação e Articulação, procedeu a apresentação dos seguintes encaminhamentos: 1. Mudança no modelo apresentado para capa do Estatuto da Criança e do Adolescente, posto que as imagens humanas presentes na referida proposta de capa não representam a diversidade étnica presentes no estado de Pernambuco. Ainda como sugestão, foi proposto que o fundo da capa possa incorporar o azul, comumente utilizado na logomarca do CEDCA. 2. A câmara aprova a Arte da Campanha Leãozinho Amigo da Criança e propõe que a chamada para referida campanha seja acrescida do pronome possessivo “seu”, passando a figurar com a seguinte redação: um futuro melhor para crianças e os adolescentes de Pernambuco com até 3% do seu imposto de renda. Propõe ainda que a peça publicitária incorpore as cores costumeiramente utilizadas pela CEDCA, com predominância do azul. 3. Com relação a minuta do Relatório de Atividades, a Câmara propõe alterações em aspectos estéticos dos textos apresentados pela assessoria de comunicação a serem incorporados a título de revisão. Os referidos encaminhamentos foram postos em regime de votação e acatados pelos conselheiros presentes. Em seguida, a Câmara Temática de Planejamento, Orçamento e Finanças procedeu aos seguintes encaminhamentos: 1. Resgatar e transformar em plano de ação as atividades justificadas para a Procuradoria Geral do Estado, no tocante a liberação e a utilização dos recursos oriundos da Resolução nº 19; 2. Promover uma ação de apoio as instituições, nos novos convênios, com relação a aplicação e prestação de contas dos recursos; 3. Solicitar dos municípios dados sobre a situação dos COMDICAs, e apoiá-los na sua construção e/ou reconstrução; 4. Apoiar aos conselhos municipais na elaboração de critérios para seleção das instituições a serem conveniadas. Os referidos encaminhamentos foram postos em regime de votação e acatados pelos conselheiros presentes. Em seguida, a

145 Câmara Temática de Medidas Protetivas e Socioeducativa apresentou os seguintes
146 encaminhamentos: 1. Que o Departamento Sociopedagógico acompanhe o processo de
147 elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo do Município de Brejo da Madre de Deus
148 – PE; 2. Inserir os dados encaminhados pela Secretaria de Educação no monitoramento do
149 Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo. A conselheira Patrícia Dantas ainda
150 recomendou solicitar das instituições conveniadas, que devolveram recursos, informações
151 sobre a regularidade do seu funcionamento. Posto em regime de votação, as recomendações
152 foram acatadas por todos os presentes. Os conselheiros presentes ainda deliberaram pela
153 regulamentação da já criada Câmara Temática de Apoio e Fortalecimento dos Conselhos
154 Municipais. Em seguida, o Conselheiro Arnaldo Sampaio sugeriu a aglutinação das Câmaras
155 de Políticas Públicas e Medidas Protetivas e Socioeducativas. Após o processo de discussão,
156 restou o entendimento de que a questão deverá retornar à discussão dada a sua
157 complexidade. No curso das discussões emergiram comentário sobre o processo de
158 escolarização dos adolescentes internos no CASE/Abreu e Lima, motivado pela resposta
159 encaminhada ao CEDCA/PE pela Secretaria de Educação. Arrematando o conteúdo das
160 discussões a conselheira Maria José Galvão Gueiros de Oliveira, completou que para resolver
161 problemas referentes a escola, seria necessário a solução de outros problemas sobejamente
162 demonstrados em assembleia desse Conselho. O conselheiro Romero Silva acrescentou que
163 a construção de um itinerário para reduzir as internações em Abreu e Lima demanda
164 investimentos imediatos do CEDCA para o financiamento das medidas socioeducativas em
165 meio aberto. Com relação a judicialização de demandas, decorrentes de problemas no
166 Sistema Socioeducativo, o presidente desse Conselho afirma que entende o procedimento,
167 mesmo reconhecendo que não se configura como a melhor opção para solução da
168 problemática. Nos informes, a Diretora Executiva comunicou a necessidade de indicação de
169 um nome para a recomposição da representação do CEDCA no Programa Acolher. Diante da
170 solicitação, foi indicado e acatado pelos presentes o nome da conselheira Gabriela Moura,
171 para com a conselheira Hemi Vilas Boas, compor o colegiado. Também foi realizada a
172 indicação da conselheira Carmem Lúcia Galvão para compor o Conselho Gestor do
173 PPCAAM/PE. Prosseguindo com as informações a Diretora Executiva confirmou que a reunião
174 do Comitê Intersectorial do Plano Decenal Estadual dos Direitos Humanos da Criança e do
175 Adolescente será realizada no dia 22 de fevereiro, às 14h, no CEDCA/PE, e que fica sob a
176 responsabilidade do Departamento Sociopedagógico a elaboração e remessa do convite. Com
177 relação a assembleia extraordinária para apresentação do resultado da avaliação do Plano
178 Estadual Decenal de Medidas Socioeducativas, foi acatada como data para realização, o dia
179 13 de março de 2017, no turno da manhã. Prosseguindo, o presidente enalteceu a qualidade

180 das discussões e agradeceu a presença e participação de todos (as), dando por encerrada a
181 Assembleia.

182

183 Eduardo Figueiredo

184 Presidente do CEDCA/PE

185

186

187 Publicada no dia 15 de março de 2017, no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, pág. 49.